



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 113

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE AGOSTO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Joel Coimbra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados**)

Dezoito (18) Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 669/98, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao 2º Trimestre de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/288/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 252/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1077/9, do Senhor Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "Combate à Dengue no Estado do Paraná". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignar votos de profundo pesar pelo falecimento dos Senhores Dinarte Sinhuri, Vilson Santana e Altair José Sinhuri, do

Município de Guaraniaçu, ocorrido no último dia 17 de agosto, vitimados por um acidente.

Requer ainda, seja dado ciência às famílias enlutadas, residentes no Município de Guaraniaçu - PR.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Locutores da Rádio Guaraniaçu, Dinarte Sinhuri, Vilson Santana e Altair José Sinhuri, sempre fizeram repercutir nos quatro cantos da região, a confiabilidade dos ouvintes com suas mensagens de amor, respeito e principalmente notícias verdadeiras, sem esconder da população a verdade.

O falecimento dos três, vitimados por um acidente, deixa uma profunda lacuna no Município de Guaraniaçu, como também em toda a região.

Sempre tiveram uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semearam junto à população ao longo de suas existências, as sementes de uma vida digna e correta. Deixarão em todos os seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparáveis. Aos amigos e companheiros, uma vida de lealdade e amizade. Uma vida de alegria e pura cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pelas famílias Sinhuri e Santana e a elas endereçar manifestações de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal, sobre a criação do Município de Pinheirinho do Sudoeste, com território a ser desmembrado do Município de Francisco Beltrão, com as seguintes divisas:

“Inicia junto a barra (foz) do rio Erval, com o rio Santa Rosa, daí segue a montante do rio Erval, confrontando com este com terras do Município de Francisco Beltrão, até a confluência com o rio Pedreiro; deste ponto, segue a montante do rio Pedreiro, confrontando ainda com terras do Município de Francisco Beltrão até a divisa do lote rural incluso nº 69 da gleba 91-FB; daí segue pela divisa dos lotes rurais inclusos no perímetro nºs 69, 70, 53, 72 e 74 da gleba nº 91-FB; lotes rurais nºs 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 53 e 56 da gleba nº 83-FB e lotes rurais nºs 41, 40, 34, 33, 22, 37, 24, 57, 56 e 58 da gleba nº 20-FB, confrontando com terra do Município de Enéas

Marques; deste pelas divisas dos lotes rurais inclusos sob ns 22, 21, 92, 91, 87, 86, 32, 84, 83, 78, 77, 75, 60, 65 e 64 da gleba nº 62-FB; lotes rurais nºs 162, 163, 161, 160, 159, 144, 142, 83, 127, 126, 120, 114, 111, 113, 108 e 105 da gleba nº 103-FB; lotes rurais nºs 23, 25, 28, 29, 30 e 33 da gleba nº 06-FB; lotes rurais nºs 11, 12, 13, 19, 55, 22, 23, 24, 25 e 33 da gleba nº 08-FB; e lotes rurais nºs 32, 32-A, 34, 41, 42, 50, 53 e 55 da gleba nº 71-FB, confronta com terras do Município de Verê, até a divisa do lote nº 55 da gleba nº 71-FB com rio Marrecas, daí segue a montante do rio Marrecas, confrontando por este com terras do Município de Itapejara do Oeste, até a foz do rio do Mato; daí continua seguindo a montante do rio Marrecas, agora confrontando com terras do Município de Francisco Beltrão, até a divisa do lote incluso nº 50, da gleba nº 57-FB; deste segue pelas divisas dos lotes inclusos nºs 50, 51, 46, 42, 36, 35, 34, 33, 93, 22, 05 e 07 da gleba nº 57-FB e confrontando com terras do Município de Francisco Beltrão, até a divisa do lote nº 07 da gleba nº 57-FB, com rio Santa Rosa, daí segue a jusante do referido rio Santa Rosa, confrontando por este com terras do Município de Francisco Beltrão, até a confluência com o rio Erval, ponto inicial da descrição deste perímetro, com todos os lotes constantes como limítrofes são inclusos neste perímetro, totalizando a área de 188,2359 Km².

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 333/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com sede e foro na cidade de Santo Inácio, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do Município e cidade de Santo Inácio, deste Estado é uma entidade filantrópica, mantenedora da Escola Especial Coração de Jesus

foi fundada em 09 de abril de 1997 e vem desenvolvendo um excelente trabalho coordenado pela atual diretoria juntamente com os demais colaboradores do município em prol das crianças portadoras de deficiências, procurando integrá-las à sociedade.

Tendo em vista os trabalhos desenvolvidos, achamos ser a mesma merecedora da lei de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 334/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância Rainha do Lar, entidade civil filantrópica com sede à Rua das Palmeiras s/n, Santa Lúcia e foro na Comarca de Capitão Leonidas Marques - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 23 de dezembro de 1973, a APMI Rainha do Lar, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e a infância em geral, no atendimento das necessidades da gestante da criança e sua família.

Devidamente registrada em títulos e Documentos do Cartório da comarca de Capitão Leonidas Marques a entidade acima mencionada preenche todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 335/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a retomar a Obra de Construção do Contorno Norte de Curitiba, através de contrato anteriormente celebrado.

Parágrafo único - As despesas decorrentes da execução desta obra, correrão por conta do Orçamento Próprio da Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o contrato para execução do contorno norte de Curitiba, numa extensão de 14 km em 28/03/98 foi interrompido em 1993, por falta de recursos, tendo sido executado em parte.

Considerando que em razão da interrupção, estão faltando a conclusão de 7 km dos serviços inicialmente contratados.

Considerando que no Programa de Duplicação do Corredor da MERCOSUL, São Paulo/Florianópolis, inclui a complementação de outra etapa do contorno, pelo Governo Federal (DNER).

Considerando que a não conclusão dos 7 km faltantes a tempo de integrar o referido segmento com o corredor do MERCOSUL, ocasionará danos irreparáveis a economia paranaense e a comunidade local.

Considerando que conforme informações da SETR, os recursos necessários já encontram-se disponíveis naquela Secretaria de Estado.

Considerando o excessivo acréscimo do já intenso tráfego pesado que hoje circulam por vias urbanas e em especial no bairro de interesse turístico de Santa Felicidade vem ocasionando transtornos irreparáveis.

Considerando que já ocorrem inclusive questionamentos junto ao Ministério Público, por parte de residentes na Rua Fredolin Wolf em razão de prejuízos causados pelo trânsito de veículos pesados (caminhões) por esta via.

Considerando todos os fatos geradores de problemas decorrentes pela não conclusão da referida obra, em face da urgência que sua realização enseja, propomos a retomada de tão relevante realização, através do contrato já existente no DER/PR, que se encontrava paralisado por falta de recursos.

PROJETO DE LEI Nº 336/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, como órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, com sede na Capital e competência em todo o Estado, podendo tomar e propor as medidas complementares e instrutivas, tanto de ordem técnica quanto jurídicas necessárias ao seu regular processamento.

Art. 2º - Caberá ao Conselho Penitenciário:

I - a emissão de parecer sobre livramento condicional, indulto, comutação de pena;

II - a inspeção de estabelecimento e serviços penais;

III - a supervisão dos patronatos, bem como da assistência do Poder Público aos egressos;

IV - a apresentação, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

V - o assessoramento em nível superior, do Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, nos temas relacionados com a execução penal e com a política penitenciária do Estado do Paraná;

VI - organizar e presidir a cerimônia de livramento condicional, a ser realizada solenemente em dia marcado pelo Presidente do Conselho Penitenciário;

VII - representar à autoridade competente, sobre irregularidades verificadas nos estabelecimentos prisionais sediados no Estado, sugerindo as medidas adequadas;

VIII - propor, desde que provocado pelos interessados, o indulto individual e o livramento condicional de sentenciados que preencham as condições legais;

IX - requerer à autoridade judiciária competente a extinção da pena privativa de liberdade, expirado o prazo do livramento condicional sem revogação ou, se praticada nova infração, for o liberado ou absolvido por sentença irreversível;

X - cumprir as atribuições definidas na Lei de Execuções Penais;

XI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 3º - O Conselho Penitenciário do Estado será composto por 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de quatro anos, a saber:

I - um magistrado;

II - um advogado;

III - três professores da área de direito penal, direito processual penal ou ciências correlatas;

IV - dois professores de medicina legal;

V - três profissionais da área jurídica;

VI - um membro do Ministério Público Federal;

VII - um membro do Ministério Público Estadual;

VIII - um Bacharel de Direito com experiência na Secretaria de Justiça e da Cidadania ou na Secretaria de Segurança Pública;

IX - um membro da comunidade escolhido entre pessoas que tenham desempenhado funções de relevância, seja na área da sociedade, seja no setor público, ou que tenha notório saber concer-

nente ao conteúdo das atribuições do Conselho Penitenciário;

X - um Bacharel em Direito, que também desempenhará funções de Secretário do Conselho.

§ 1º - O Procurador Chefe da Procuradoria da República no Paraná e o Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, poderão submeter ao Governador do Estado, lista tríplice dos membros referidos nos incisos VI e VII, dentre os sem atuação na área da persecução penal ou da execução penal e que não tenham sua participação vedada pela Lei nº 8.625/93.

§ 2º - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, poderá submeter ao Governador do Estado uma lista tríplice com nomes de advogados, que não tenham sua participação vedada pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e que não propicie a captação de clientela, com base na qual este fará a nomeação do membro titular e de seu respectivo suplente.

§ 3º - O Presidente do Tribunal de Justiça indicará ao Governador do Estado os nomes dos magistrados para membro titular e suplente, com base na qual será feita a respectiva nomeação.

§ 4º - Caso não seja submetida a lista tríplice a que se referem os parágrafos anteriores até trinta dias antes do término no mandato dos respectivos membros, o Governador do Estado fará a nomeação à sua livre escolha.

§ 5º - As indicações e nomeações poderão recair em magistrados, promotores ou procuradores e funcionários aposentados ou inativos.

§ 6º - Os membros referidos nos incisos III, IV, V, VIII, IX e X serão indicados pelo Secretário de Estado de Justiça e Cidadania.

§ 7º - Para efeito do provimento das vagas existentes na data desta lei e das novas por ela criadas, o Governador nomeará, por proposta do Secretário da Justiça e da Cidadania, os respectivos membros faltantes de forma a completar o quadro do Conselho Penitenciário.

Art. 4º - O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania poderá participar das reuniões do Conselho, com direito a voto.

Art. 5º - Os suplentes poderão ser convocados, independente de vacância do titular, para colaborar com o Conselho, participando de suas sessões, quando este a seu juízo, achar necessário.

§ 1º - No caso de renúncia ou vacância dos membros titulares referidos nos incisos I, II, VI e VII do artigo 3º desta lei, o Presidente do Conselho Penitenciário a comunicará às autoridades respectivas para adoção das providências referidas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 3º desta lei.

Art. 6º - O Governador do Estado do Paraná designará, dentre os membros do Conselho Penitenciário, em lista tríplice escolhida por este oferecida, entre seus membros, o seu Presidente, que terá mandato de 2 anos.

Art. 7º - O mandato dos membros titulares e suplentes do Conselho Penitenciário terá duração de quatro anos, contados da data da publicação do decreto de nomeação no órgão oficial, ressalvados os mandatos em curso, anteriores a entrada em vigor desta lei.

Art. 8º - Os Conselheiros e seus respectivos suplentes, poderão ser designados pelo Presidente para presidir as cerimônias de livramento condicional.

Art. 9º - O Conselho Penitenciário adaptará seu Regimento Interno às disposições da presente lei, o qual será homologado pelo Secretário de Justiça e Cidadania.

Art. 10 - A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania colocará à disposição do Conselho Penitenciário a estrutura necessária ao seu funcionamento regular, fornecendo-lhe pessoal, sede e suporte administrativo.

Art. 11 - - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 9º e 10 do Decreto Estadual nº 609, de 23 de julho de 1991.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Penitenciário é um órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, constituindo-se numa verdadeira "ponte" entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário no que tange a essa matéria. Como órgão técnico, cabe-lhe zelar, com os meios que lhe são próprios e dentro das atribuições específicas que a lei lhe confere, pelos altos interesses da Justiça e, ao mesmo tempo, pelos interesses e direitos dos condenados, presos ou egressos. Sua missão é opinar nos casos a ele encaminhados sobre a concessão de benefícios e, em termos gerais, cuidar para que na execução da pena e da medida de segurança sejam observadas as normas gerais e supletivas pertinentes.

O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, tem hoje mais de 73 anos. É o mais antigo do país. É um órgão colegiado, integrado por pessoas de conhecimento jurídico e representatividade social. É inegável, outrossim, a importância do Conselho Penitenciário na administração de um setor tão sensível, como é o sistema carcerário. Sua

função de fiscalizador de legalidade da execução da pena é um fator de tranquilidade para os internos do sistema e também para os presos que ocupam cadeias públicas. O Conselho Penitenciário tem sido uma garantia de respeito aos direitos humanos dos presos.

Não obstante essa importância social, ele até hoje não dispõe de base legal que lhe permita manter o padrão atual e aperfeiçoar-se para o futuro.

A Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execuções Penais), em seu Art. 69 determina:

Art. 69 - O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.

§ 1º - O Conselho será integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Penitenciário terá a duração de quatro anos.

O presente projeto de lei pretende, justamente, corrigir esse estado de coisas e dar ao Conselho Penitenciário a base legal para continuar sendo um dos melhores dos Países.

Há algumas inovações substanciais no projeto no que se refere ao "status quo" de ordem regulamentar.

Em primeiro lugar, é aumentado o número de integrantes para 15 membros. Essa modificação se impunha tendo em vista o crescente de feitos que são submetidos ao Conselho Penitenciário. Basta dizer que, desde o último decreto que regulou as atividades do Conselho Penitenciário, duas novas varas de execuções penais foram criadas no Estado do Paraná.

Além disso, o aumento de vagas se justifica tendo em vista o aumento nas atribuições do Conselho Penitenciário, que, além do livramento condicional, indulto e comutação de penas, também semanalmente realiza cerimônia do livramento condicional no estabelecimento onde está sendo cumprida a pena (Art. 137 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984).

Outra modificação do projeto é a que dá ao Governador do Estado a possibilidade de escolher membros da comunidade indicados por outros órgãos. Deve ser o Conselho Penitenciário constituído por pessoas que podem expressar os diversos pontos de vista das ciências jurídicas, criminológicas e sociais, permitindo-se tanto quanto possível visão completa dos problemas a serem enfrentados na execução penal quanto ao seu maior desafio, o da reinserção social do sentenciado.

Esta é a melhor forma de fazerem coexistir a autonomia estadual, garantida constitucionalmente, e o caráter de representatividade do Conselho Penitenciário. Nesse mesmo diapasão, o Governador do Estado poderá nomear livremente os membros integrantes desses órgãos ou instituições se as listas não chegarem até trinta dias antes do término do mandato do membro integrante do Conselho.

Em outras palavras, se o mandato do conselheiro titular extinguir-se por qualquer razão, o suplente exerce o mandato até que o Governador do Estado nomeie novos membros efetivos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 337/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O § 1º do art. 10 da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 1º - A nomeação para provimento de cargos em Comissão será da escolha do Chefe do Poder Executivo entre funcionários do Grupo Ocupacional ‘TAF’, em exercício, exceto os de Consultor Técnico, Diretor da Coordenação da Receita do Estado - CRE, Delegados Regionais da Receita, Inspetores Gerais e Inspetores Regionais.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o disposto no § 2º do art 1º da Lei nº 9.108, de 1989.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura pretende ampliar a possibilidade do Poder Executivo preencher importantes cargos na Coordenadoria de Receita do Estado - CRE.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Ocupo esta tribuna, porque considero importante para a minha vida política, para a minha vida pessoal que tem aí 22 anos contados de mandatos eletivos, mais de 25 anos de vida pública, e que certamente marca uma carreira tão longa como essa.

E o faço no local apropriado, que são os Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Casa que com orgulho pertença. Porque acabo de tomar uma decisão, que logicamente tem muita repercussão na minha área de atuação política, e certamente vai marcar muito a minha vida pessoal e também dos meus companheiros, dos meus correligionários, muitos dos quais me seguem há mais de vinte anos na política.

No último final de semana, na quinta-feira, estive em Foz do Iguaçu, minha base eleitoral maior, o Governador do Estado, o Senhor Jaime Lerner. E naquela oportunidade, de forma formal, até solene, eu e os meus companheiros do PSDB declaramos apoio à reeleição de Jaime Lerner. E, tomei essa atitude com muita tranquilidade, depois de uma profunda reflexão, de muita meditação, de muita conversa, particularmente, com os companheiros. Acredito que não criei nem para mim, nem para os meus companheiros, nenhum tipo de constrangimento, nem mesmo político, até porque durante os últimos três anos e meio votei nesta Casa apoiando o Governador. Nenhum tipo de constrangimento legal, até porque o PSDB, o meu Partido, no Estado do Paraná não tem candidato próprio ao Governo do Estado, e a decisão formal do partido é deliberar os “Tucanos” para apoiarem o candidato a governador que melhor lhe aprouver e nenhum tipo de comprometimento moral, até porque a declaração de apoio, ela surgiu em função de conversas e de compromissos assumidos pelo Governador, caso reeleito, para com a minha região. A minha região exige do Governador, seja ele quem for, um tratamento adequado, até porque ela contribui muito para o progresso e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Não podemos mais ver o Extremo Oeste do Estado do Paraná sem representação a nível de escalão no Governo do Estado. E há um compromisso formal do governador de contemplar a nossa região com um cargo a nível de primeiro escalão no Governo do Estado. Temos valores e condições de dar uma grande contribuição ao futuro governo.

Conversamos e assumimos o compromisso com a população, em conjunto, o candidato a governador e eu, de que eleito Lerner, a BR-277, no trecho entre Foz-Cascavel será duplicado em toda a sua extensão. A nossa Universidade UNIOESTE terá novos e importantes cursos como: Odontologia, Medicina, Enfermagem e Engenharia Civil, no Campus de Foz do Iguaçu. O compromisso que é uma reivindicação do Deputado Colombo e de toda a região, de que a UNIOESTE tenha sua extensão na Cidade de Medianeira, porque é uma necessidade e uma questão de justiça, com programas de desenvolvimento integrado para atender aqueles municí-

pios na sua integralidade e não dissociadamente, como acontece hoje em compromissos políticos e administrativos não só comigo, mas com os meus companheiros em minha região.

É por isso que sem nenhum tipo de ressentimento, pelo contrário, tenho pela pessoa do Senador Roberto Requião a mais alta estima, o maior apreço. Foi juntamente com muitos colegas que aqui estão, Deputado Estadual de 82 a 86. Em 85 travamos uma batalha interna dentro do partido para consolidar o candidato a governador. Em 1990 fui um dos artífices da sua candidatura ao Governo do Estado e muito me empenhei para elegê-lo. E, em 1.994 abracei a sua candidatura ao Senado. Não há nada de pessoal e nenhum tipo de constrangimento e ressentimento em relação a pessoa do Senador Roberto Requião. Nem mesmo em relação as lideranças do PT, a nível Estadual e Nacional, pelo contrário, devo e sou grato ao Apoioamento que tive na eleição como candidato a Prefeito, em Foz do Iguaçu, do PT, que abraçou a minha candidatura. Sou grato e um dia espero retribuir ao apoio que tive do candidato a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que esteve na minha campanha em Foz do Iguaçu. Portanto, não é nenhum tipo de posicionamento pessoal, é sim uma decisão política que considero coerente nas circunstâncias atuais.

Vou fazer aqui no Paraná a aliança que existe a nível nacional entre PFL e PSDB. Vou procurar casar a campanha de Álvaro Dias com a campanha de Jaime Lerner, estendendo esse acordo em entendimento que já existe a nível nacional. E, logicamente procurar fazer de Álvaro Dias, o candidato ao Senado mais votado da história do Paraná, fazendo dele Ministro na sequência, porque ele tem um futuro político promissor pela frente e um dia possa voltar, quem sabe disputando uma eleição para o Governo do Estado do Paraná.

Faço esse registro porque considero marcante na minha trajetória política essa atitude que tomei. Certamente a história julgará o político futuramente pelos atos que tomar nos momentos históricos como este.

Senhor Presidente, Luiz Claudio Romanelli, quero registrar a satisfação de ver na chefia da Casa Civil um ex-colega nosso, que foi Senador da República também, o ex-Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, pessoa pela qual todos nós, tenho certeza, temos uma afinidade enorme, independentemente de cores partidárias teremos um relacionamento muito importante, nesse importante cargo do Governo do Estado, porque é o elo político entre o Poder Legislativo e o Executivo, entre o governador e todo o segmento da sociedade do Estado do Paraná.

Parabéns, Luiz Alberto M. de Oliveira pela sua ascensão ao cargo. Desejo sucesso e êxito nessa missão, porque sei que não é fácil, mas tenho certeza, pela sua competência, hombridade, honestidade e preparo, irá fazer um bom trabalho na Chefia da Casa Civil do Governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Encerrado o horário do Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expe-diente, passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB, PDT, PPB, PT, PMDB, PFL, PL, PSN, Liderança do Governo.

(**Todos Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expe-diente. Necessita apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Escolinha Irmãs de Betânia, com sede foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral. O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que destina recursos do SERLOPAR para a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F. COM EMENDA DA C.F. **Aprovado artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meireles, com sede e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114/97 de 05.08.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 332/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meireles, com sede e foro no Município de Colorado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/98 de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo promover o estudo de dependência química e suas conseqüências neuro-psico e sociológicas (uso de drogas), no currículo escolar do ensino fundamental e médio, a partir das matérias constantes do núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação para as Escolas Públicas ou Privadas no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO DA C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38 de 16.04.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 119/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo promover o estudo da dependência química e suas conseqüências neuro-psico e sociológicas (uso de drogas), no currículo escolar do ensino fundamental e médio, a partir das matérias constantes do núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação para as Escolas Públicas ou Privadas no âmbito do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 119/98

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Educação, a incluir no currículo dos níveis de ensino fundamental e médio conteúdo referente a informações e estudos sobre a dependência de drogas e seus efeitos físicos, neuro-psicológicos e sociais.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo deverá compreender as escolas da rede pública e privada.

Art. 2º - Para ministrar os conteúdos as direções das escolas poderão convidar especialistas no assunto, devendo a Secretaria de Estado da Saúde participar na orientação técnica e formulação de diretrizes.

Parágrafo Único - Esta atividade será considerada de relevante interesse público.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Irmã Scheilla, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 15.06.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 223/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública o Núcleo Espírita Irmã Scheilla, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Quarto Centenário, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 91, de 23.06.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Quarto Centenário, com sede e foro no mesmo município.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/98 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Quarto Centenário, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre anistia de dívidas decorrentes de multas de trânsito, e dá outras providências. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98).**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, com o apoio dos Senhores Deputados Reny Bor-satto, Ricardo Chab, Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando constituição de Comissão Geral de Plenário para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 320/98, que dispõe sobre anistia de multas de trânsito. **Aprovado.**

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Procede a questão de Vossa Excelência.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Vinte e nove (29) Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Em votação.

Aprovado o requerimento.

Esta Presidência designa o Deputado Joel Coimbra para atuar como relator do projeto.

O SR. JOEL COIMBRA

(Procede à leitura do parecer do Projeto de Lei nº 320/98, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury).

(Lê):

“Art. 1º - Ficam anistiadas todas as dívidas decorrentes de multas de trânsito, aplicadas pelos Agentes do Poder Público.

§ 1º - Ficam excluídas do benefício proposto no caput deste artigo, as multas que tenham relação com qualquer infração originária de ilícitos penais.

§ 2º - O disposto deste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamento de dívida de multas de trânsito liquidadas antes da vigência da presente lei.

Art. 2º - Não será computado o número de pontos, de que trata o Capítulo XVI e seus artigos do Código de Trânsito Brasileiro, à Carteira de Habilitação do motorista que foi penalizado pelas multas anistiadas descritas no art. 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei é apresentado à deliberação da augusta Assembléia representativa do povo do Estado do Paraná com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das regras que vinculam a sociedade, permitindo que sua evolução se faça dentro do marco das possibilidades humanas; tangendo os recalcitrantes mas admitindo a observância de seus requisitos dentro de um quadro aceitável de internalização dos procedimentos demandados pela norma inovada como queria Karl Deutsch.

É que a codificação de trânsito recém-adotada representa uma lei nova, em processo de introdução, cujos resultados precisam ser melhor aferidos para que a passagem do tempo facilite seu assentamento como experiência social positiva, no sentido de lograr o objetivo geral de melhoria das condições de circulação dos veículos e de seu uso proveitoso pela sociedade humana.

Tanto que o próprio Poder Público só paulatinamente foi se adaptando para cumprir os requisitos de ordem pública impostos pelo novo Código, tais como a nova sinalização viária, a adequação dos obstáculos da via carroçável (lombadas), a expedição de notificações por infrações no prazo de trinta dias a contar da ocorrência impugnada e assim por diante.

Por último, o Estado democrático de Direito reclama distribuição equitativa dos direitos e deveres entre os cidadãos e a Administração, quando exigíveis estes últimos como pressuposto de determinada conduta reclamada de parte dos indivíduos.

Nesse sentido - como ensinava Woodrow Wilson - "legislar conforme regras constitucionais estritas é uma garantia para o cidadão e a sociedade", porque uma ordem legal justa permite às pessoas planejar seu curso de vida, regulando sua conduta de modo claro e seguro em relação ao que é aceito

ou proibido pelo ordenamento jurídico, por delegação da sociedade geral.

Movidos por tais sentimentos é que oferecemos o presente plano de lei, ocupando o espaço de competência constitucional que nos foi delegado, visando obter - segundo preceituava Ulrich Scheuner - "a legitimação de todo poder público pelo consenso do povo", que compõe um dos fundamentos da Democracia contemporânea."

A proposição está em conformidade com as exigências legais e regimentais. Ela é constitucional, não entrando em choque com nenhum dispositivo legal, seja de ordem constitucional ou outra lei superior. Ao contrário, está em consonância, isso sim, com amplo espírito popular que reclama uma reforma que produza, principalmente, a redução dos tributos e encargos que penalizam e empobrecem a população. Dessa forma, tanto na questão jurídica como na questão econômico-financeira, a proposta é viável e altamente louvável e meritória, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Está em discussão, em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Temos um projeto de lei que neste momento é extremamente perigoso para esta Casa. Senão vejamos: estamos com um projeto de lei Educação de Trânsito a ser implantado no país, exigindo mais rigor, mais conhecimento, e exigindo, por outro lado, mais capacitação do próprio motorista. Estamos diante de um período eleitoral e esta concessão que a Assembléia aprovando este Projeto fará, vai transparecer como algo extremamente eleitoreiro, mesmo que o objetivo do projeto e do autor não tenha sido este.

Em segundo plano, o artigo 2º do projeto de lei, diz o seguinte: Não está computado o número de pontos de que trata o Cap. 16 e seus artigos do Código de Trânsito Brasileiro à carteira de habilitação do motorista que foi penalizado pelas multas anistiadas, descritas no artigo 1º desta lei.

Ora, uma lei estadual jamais pode modificar ou alterar preceitos de uma lei, de um Código Nacional de Trânsito. Permita-me, é uma aberração jurídica que nós estaríamos aqui votando.

E, me surpreendo, do nosso Promotor de Justiça, Dr. Joel Coimbra, eminente presidente da Comissão de Constituição e Justiça, alegar de Plenário, que não existe nenhum ato de inconstitucionalidade, em que o projeto está em acordo com a legislação.

Ora, desconheço no ordenamento jurídico nacional, uma lei municipal que possa contradizer, que possa modificar, possa alterar um preceito esta-

belecido pela lei federal, ainda mais quando trata de um Código de Trânsito Nacional. Não é uma lei ordinária, é um Código de Trânsito. Então, é temeroso, Sr. Presidente da Comissão e Constituição e Justiça, emitir um parecer embasado nos termos que foi elaborado. E acho mais, a justificativa é rica e traz preceitos positivos, de que o Estado teria que, também para poder cobrar com igualdade da sociedade, prestar o mesmo nível de relacionamento e de exigência, ele deixou de cumprir as lombadas, deixou de cumprir uma série de preceitos que o Código Nacional de Trânsito traz. Mas, em não cumprindo, por outro lado, não podemos alterar via Assembléia Legislativa, um artigo, um dispositivo do Código Nacional de Trânsito.

Por isto, humildemente, quero alertar os demais companheiros que, em fazendo, em aprovando este Parecer, com certeza, nós teríamos dificuldades para explicar, especialmente para o mundo jurídico do Estado do Paraná, a lei que aqui estamos votando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Continua em votação, nós temos o autor do Parecer, que poderá naturalmente, depois da palavra do Deputado Rosinha, fazer alguma consideração, até porque V.Exa., foi nomeado pela Presidência e terá o direito de tecer considerações.

O SR. DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa assessoria elaborou um voto em separado, que deveríamos ter lido na Comissão de Constituição e Justiça, caso lá fosse votado. Como veio para o Plenário e esta é transformada em Comissão Geral, vamos apresentar agora, não o voto em separado do Deputado Dr. Rosinha, mas o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O projeto de lei em tela, visa anistiar dívidas decorrentes de multas de trânsito aplicadas pelos agentes do Poder Público. O dito projeto visa, além de anistiar as dívidas provenientes das multas decorrentes de infração de trânsito, objetiva também perdoar a pontuação negativa referente às infrações cometidas.

Analisando a matéria, em primeiro lugar, destaca-se uma gritante inconstitucionalidade, visto que, o poder de isentar uma dada obrigação, é inerente ao poder de criar a obrigação, ou seja, aquele que obriga, é quem tem o poder depois de desobrigar. E este caso, como disse o Deputado José Maria Ferreira, é um Código Nacional de Trânsito. O único que poderia retirar essa obrigação seria o Congresso Nacional e não este Parlamento.

A Constituição Federal, no Artigo 22, assim dispõe:

“Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte”, desta forma apenas é competente para anistiar multas de trânsito, uma vez que apenas essa pode dispor sobre a matéria.

Nesse aspecto o novo Código de Trânsito disciplinou a matéria por completo, não deixando dúvidas ou margens para ilações outras.

Como se vê a inconstitucionalidade é patente. Por outro lado, a de se considerar a inconveniência e inoportunidade da proposição, haja visto o esforço “hercúleo” que se vem fazendo para disciplinar e humanizar o trânsito no País, aplicando-se além de ampla campanha educativa também punições severas, visando reduzir o número de vítimas em acidentes, que comprovadamente são, na grande maioria, causados por negligências, imprudências ou imperícias.

Aqui faço um aparte e chamo a atenção:

Ao anistiar todas as multas, todas as infrações aqueles motoristas que cometeram acidentes por única e exclusivamente irresponsabilidade ao conduzir o veículo, serão anistiados de toda e qualquer punição, seja do valor ou seja dos pontos contados.

Quantos motoristas neste período atropelaram pessoas?

Quantos embriagados, no volante, colidiram o carro ou atropelaram, ou subiram em calçadas?

E essa pessoa será anistiada!

Há menos de dois meses atrás, num posto de Saúde da Prefeitura de Curitiba, Centro de Saúde Sítio Cercado 24 horas, um cidadão indignado com o atendimento prestado pelo posto, tocou o carro dentro do posto de saúde. Oito vítimas que esperavam atendimento médico. Será anistiado dos seus pontos e da sua infração!

Estou dando exemplo de um, para que se pense o comportamento na hora de fazer o voto a respeito dessa anistia. Depois, essas pessoas atropeladas continuaram no Sistema de Saúde sendo atendidas, algumas delas serão portadoras de deficiência física e, no entanto, o motorista não receberá nenhuma punição por uma anistia dada em um momento que não tem nenhuma outra razão, a não ser o de ganhar a simpatia de alguma faixa do eleitorado que cometeu acidente de trânsito.

Volto a ler o nosso voto em separado:

Ora, neste momento em que todo o País faz um esforço concentrado de atacar o mal pela raiz, apresenta-se um projeto de lei que vem premiar os imprudentes, incautos e, quiçá, criminosos do trânsito, com a impunidade.

É inconcebível tal coisa!!

Aprovando esta proposição, estaremos premiando e incentivando o descumprimento de leis e o caos no trânsito que ceifa a vida de milhares de brasileiros todos os anos.

Vejam o absurdo a que chegamos:

Passo a expor por ser matéria flagrantemente constitucional, o voto é contrário ao parecer dado e será contrário na hora da discussão do mérito da nossa Bancada.

Está tramitando nesta Casa um outro projeto que dá anistia àqueles que estacionaram indevidamente ou irregularmente, de acordo com o ESTAR, Cartão Azul e Cartão Verde. Não podemos confundir aquele projeto com esse, aquele pode, sim, ser dado a anistia, porque os cartões ESTAR, esse tipo de cobrança, antes do novo Código de Trânsito, era ilegal, era inconstitucional, e eles estão sendo cobrados pelos Detran's dos respectivos Estados. E o DETRAN não pode cobrar uma multa que foi lavrada de maneira irregular pelos municípios, uma vez que não havia legislação para fixar. Porém, com o novo Código de Trânsito todos esses cartões se tornaram legais e o município pode legislar a respeito disso. Esse projeto não pode ter a sua tramitação aqui nesta Casa e ser aprovado, porque é inconstitucional e vamos premiar, como dissemos, quicá até criminosos do trânsito.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Com a palavra o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA

Quando alguém se dispõe a interpretar uma lei, pode parecer suficiente a mera dissecação dos artigos. O esclarecimento do significado verbal do texto e o seu cotejo com determinados dispositivos constitucionais ou legais de ordem superior. Essa é sem dúvida a fórmula mais fácil e mais prática de agir, mas, com certeza, não é o melhor critério. É fundamental neste caso, que o intérprete, ao analisar a vontade do legislador, verifique também o alcance da norma e, fundamentalmente, o espírito que norteou a sua criação.

No caso das lutas e anistias é fundamental ressaltar que existe um espírito popular que clama por uma mudança tanto na ordem da tributação, como na ordem do tratamento do Estado dado à população, no sentido de reduzir custos e penalidades, enfim, no sentido de refazer um novo pacto político.

A questão tributária, eminente colegas, é uma das matérias mais intrincadas do estado democrático. E foi a luta tributária a responsável pelo surgimento do próprio parlamento.

O grande embate que aconteceu desde a criação do Estado se deu entre a sociedade e o Estado, mas sempre em função, tendo como pano de fundo a questão tributária. Quanto nós estabelecemos essa divisão de competência e definidos esse escalonamento, quanto damos à União o privilégio de definir tributos, conceder anistia, estamos estabelecendo antes de mais nada, uma espécie de elimi-

tação do poder da própria sociedade. É por isso que nesse instante onde o País vive um novo momento, onde o justificável para atender a esse novo clamor seria não apenas essas eleições que estamos vivendo, mas a convocação de uma nova constituinte, porque é um novo espírito que vige entre nós, é fundamental que o Poder Público, principalmente o Legislativo, não espere a iniciativa do Poder Público Federal, principalmente do Executivo, que é uma porta onde a nossa população já bateu em tantas ocasiões sem conseguir guarida.

Esta Casa, em várias oportunidades, nessa legislatura, procurou fazer justiça e atender o clamor popular, concedendo redução de tributos e anistias. Nessa mesma matéria já existe inclusive, votada pela Comissão de Justiça, várias propostas de redução e anistias.

O que acontece com a proposta do Deputado Anibal Khury, é uma proposta mais ampla, maior, mais abrangente e, por isso, uma proposta mais justa.

Mas estejam certos que esta Assembléia não está invadindo competência, mas acima de tudo ela está assumindo a defesa do interesse legítimo do povo paranaense. Ela está marcando a posição da realização na concretização de um novo pacto político e social. Razão pela qual ficamos muito a vontade de nos posicionarmos favoravelmente em torno desse projeto.

Reiteramos por isso o nosso voto de que o projeto deve ser aprovado, porque esta comissão considera questão de ordem para contraditar o que o nobre Presidente da CCJ acabou de dizer. Se cada Juiz ou cada Promotor do nosso País, fosse querer arrogar o entendimento do que seria o primado da Justiça e não fazê-lo pelas normas, teríamos uma verdadeira balbúrdia. O que acabou de dizer o nobre Deputado Joel Coimbra é que estaríamos avançando sobre o Código Tributário Nacional, avançando sobre o Código de Trânsito Nacional, avançando sobre algo que não é da nossa competência. Não sei que reforma pretende o Deputado Joel Coimbra fazer no campo do Direito ou da Reforma Tributária, com esta colocação e com as defesas que ele fez com relação ao parecer que devia ser dado pela CCJ. É extremamente temerário às colocações defendidas pelo nobre Deputado, porque desse jeito tornaríamos a sociedade numa balbúrdia perfeita, sem forma e sem conteúdo. Espero que o direito seja sobretudo aquilo que resta de conteúdo à sociedade naquilo que rege as suas relações.

Votamos, meses atrás, num projeto do Deputado Edno Guimarães que reduzia em 90% as multas, pela taxa de permanência dos veículos dentro dos pátios do DETRAN. Este sim, não feria nenhuma inconstitucionalidade; era taxa de permanência. Agora aqui é uma multa de infringência de Lei.

Foi algo que o cidadão passou daquilo que a lei determinou como norma. Como disse o Deputado Florisvaldo Fier, ele atropelou, colocou em risco a vida de terceiros no sinaleiro, ele matou. E agora esta egrégia Casa, num parecer do Deputado Joel Coimbra, considera constitucional e simplesmente diz que o projeto é legal e que ele pode tomar curso e defendeu.

É lamentável, deixo aqui o registro da minha posição e quero crer que é a posição dos Deputados que têm consciência desse assunto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

A Mesa tem obrigação de informar, se V.Exas. não tiveram a oportunidade de ler detalhadamente o projeto de autoria do Deputado Anibal Khury que está sendo votado, o nº 320. No Artigo 1º, § 1º, diz claramente o seguinte: "Ficam excluídas de benefícios propostos no caput desse artigo as multas que tenham relação com qualquer infração originárias de lícitos penais." Há ressalva, Exas., que está absolutamente feita.

O SR. IRINEU COLOMBO

Existe um princípio de Direito da origem das leis, que só o Poder, só aquele que promulga a lei, tem a capacidade de isenção de modificar a lei. Uma lei federal, tem um procedimento administrativo estadual e estamos alternando uma lei federal. Então, por exemplo, alguém que tributa alguém, só pode dar isenção aquele que tributou o próprio Poder. Quer dizer, é um princípio básico. E aqui está acontecendo isso no trânsito, no transporte. Está acontecendo que é só competência da União, o Estado do Paraná está passando por isso. Em que pese algumas das justificativas, entendemos como razoáveis, vamos encaminhar de forma contrária, até porque o Código de Trânsito foi amplamente divulgado. Têm tantas outras leis que não foram amplamente divulgadas e estão valendo e estão ocasionando multas, etc., etc., então esta é mais uma e que foi amplamente divulgado. Tal justificativa não se aplica.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Em votação o parecer do Deputado Joel Coimbra.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Irá ser procedida a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Treze Deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Pela Ordem.

O Regimento Interno estabelece que em processo de votação, não cabe a questão levantada.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Qual o artigo do Regimento Interno?

O SR. DR. ROSINHA

A assessoria da Mesa pode informar.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

A Presidência quer atender V.Exa.. Queria que V.Exa. dissesse onde.

O SR. DR. ROSINHA

A assessoria jurídica da Mesa pode indicar.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

A assessoria jurídica da Mesa informou a esta Presidência, que deveria ser procedida a chamada nominal e é assim que esta Presidência decide.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Responderam à chamada nominal 20 Senhores Deputados.

Não há quórum para votação somente para prosseguimento da sessão.

Vamos votar apenas os requerimentos que não necessitam de quórum.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1401, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332/97,
119, 233 e 251/98.

I

Levanta-se a sessão.